



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR / 2025

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a contratação de solução tecnológica que atenda à necessidade de suporte às atividades de pesquisa e produção jurídica no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR), mediante o acesso institucional à plataforma Jusbrasil, com o diferencial de inclusão de recursos de inteligência artificial (IA).

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A plataforma Jusbrasil oferece recursos tecnológicos voltados à pesquisa jurídica, gestão de informações e produção documental, com acesso a bancos integrados de jurisprudência, diários oficiais, doutrinas, modelos de peças processuais e funcionalidades de busca jurídica assistida por IA. A contratação visa dinamizar e qualificar a prestação de serviços jurisdicionais e administrativos, promovendo economia de tempo, aumento da produtividade e segurança técnica na fundamentação das peças elaboradas, em consonância com as metas do CNJ e os princípios da eficiência, inovação e interesse público (art. 11 e art. 18, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021).

2 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A demanda será inserida como item complementar no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2025.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação contempla o pacote "Avançado + Jus IA", que inclui:

- Acesso à base completa de jurisprudência nacional e modelos de peças;
- Consulta e cópia de ementas e decisões, com formatação para citação (ex.: ABNT);
- Biblioteca jurídica com mais de 1.700 obras integradas à pesquisa;
- Ferramentas de IA para geração automatizada de peças, respostas jurídicas com fundamentação real e análise de documentos com identificação de argumentos e normas;
- Gestão institucional de acessos por login seguro e relatórios de uso.

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Pretende-se a contratação da plataforma pelo prazo de dois anos, com o oferecimento do serviço do pacote PESQUISA JURÍDICA AVANÇADA mais Inteligência Artificial, com licença para acesso de 20 usuários.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante da notória especialização profissional da empresa, decorrente de suas atividades na área, que consegue satisfazer plenamente o objeto do contrato, não se realizou buscas de empresas que disponham de plataformas de consultas de jurisprudências com adição de IA.

A plataforma Jusbrasil é amplamente reconhecida no mercado jurídico nacional pela sua especialização e pioneirismo no desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas à pesquisa jurídica e automação de processos de produção documental, com uso intensivo de recursos de inteligência artificial. Sua plataforma integra bases de jurisprudência, legislação, doutrina, diários oficiais, modelos de peças processuais e bibliotecas jurídicas, sendo capaz de atender com eficiência e segurança técnica às demandas da Justiça Eleitoral.

A empresa detém notória especialização, evidenciada não apenas pelas funcionalidades avançadas de sua solução — como busca assistida por IA, análise de documentos jurídicos, geração de peças automatizadas e acesso a um acervo robusto de obras jurídicas —, mas também pela ampla adoção de sua plataforma por diversos órgãos da Administração Pública em diferentes esferas e ramos do Poder Judiciário e Executivo.

Conforme verificado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a plataforma Jusbrasil tem sido objeto de contratação por vários entes públicos, o que reforça sua capacidade técnica e aderência às necessidades institucionais do setor público. A listagem disponível no [PNCP](#) apresenta múltiplas contratações com escopo similar ao pretendido por este Regional, inclusive por Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Procuradorias e demais órgãos que atuam diretamente com produção jurídica intensiva.

Em razão dessa especialização reconhecida, com histórico de contratações exitosas no setor público e pela capacidade de atender de forma integral os requisitos deste ETP, não se identificaram no mercado plataformas equivalentes com o mesmo grau de abrangência, integração de funcionalidades e robustez técnica.

6 - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida está fundamentada na inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, diante da notória especialização da empresa Goshme Soluções para Internet LTDA, detentora da plataforma Jusbrasil.

A estimativa de preço baseia-se na proposta comercial da empresa, que prevê a contratação do plano "Avançado + Jus IA", com acesso para até 20 usuários, pelo período de 24 meses, nas seguintes condições:

- Valor cheio (mensal): R\$ 2.778,00/mês, totalizando R\$ 66.672,00 no período de dois anos;
- Valor com pagamento em parcela única (bienal): R\$ 56.671,20, já com 15% de desconto;
- Forma de pagamento: boleto bancário ou transferência, em parcela única;
- Inclusões: suporte técnico assíncrono, atualizações contínuas da plataforma, ambiente institucional com gestão de usuários e acesso integral às funcionalidades contratadas.

A opção pelo pagamento em parcela única mostra-se significativamente mais vantajosa para a Administração Pública, representando uma economia de R\$ 10.000,80 (dez mil reais e oitenta centavos), em relação ao valor total do pagamento parcelado mensalmente.

Portanto, a proposta da empresa Jusbrasil apresenta-se não apenas como a única tecnicamente viável, mas também economicamente mais vantajosa, especialmente quando considerada a forma de pagamento à vista, com desconto expressivo.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, da plataforma Jusbrasil, no plano Avançado + Jus IA, para até 20 usuários simultâneos, com acesso integral a funcionalidades de pesquisa jurídica, automação documental e inteligência artificial, conforme detalhado na proposta da empresa Goshme Soluções para Internet LTDA, CNPJ n.º 07.112.529/000146.

Trata-se de uma solução tecnológica de licenciamento de software (SaaS) que contempla:

- Consulta, cópia e download de jurisprudências, modelos e peças processuais, com formatação para citação (ex.: ABNT), acesso a acervo de mais de 60 milhões de peças e 40 milhões de ementas;
- Acesso à biblioteca Jusbrasil Doutrina, com mais de 1.700 obras jurídicas e ferramenta de busca granular por trechos relevantes;
- Busca em 363 Diários Oficiais, da União, Estados e Municípios, com download de publicações;
- Ferramentas assistidas por inteligência artificial (Jus IA), como:
 - Geração automatizada de peças jurídicas com embasamento em jurisprudência real;
 - Análise de documentos jurídicos com destaque de argumentos e normas;
 - Assistente jurídico com respostas confiáveis e fundamentadas;
- Ambiente institucional de gestão de contas e relatórios de uso, com acesso por login seguro e integração com domínio de e-mail institucional, além de política de uso eficiente com substituição automática de usuários inativos;
- Acompanhamento processual por nome, CPF ou número CNJ, com notificações por e-mail;
- Suporte técnico assíncrono, em dias úteis, e prazo de ativação das funcionalidades de até 7 dias após confirmação do pagamento.

O plano oferece pagamento promocional bienal com 15% de desconto, totalizando R\$ 56.671,20, valor que inclui suporte, atualizações contínuas e acesso irrestrito às funcionalidades contratadas.

A plataforma é amplamente adotada por órgãos da Administração Pública, conforme se verifica no PNCP, sendo reconhecida por sua especialização e robustez técnica. Sua implementação visa agregar valor à atividade jurisdicional e administrativa, promovendo economia de tempo, maior segurança jurídica e elevação da qualidade dos produtos

jurídicos elaborados.

Dessa forma, considerando a inviabilidade de competição, a contratação direta com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021 mostra-se a solução mais adequada, eficiente e alinhada aos princípios da eficiência, inovação e interesse público.

8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A contratação da solução tecnológica pretendida – acesso institucional ao plano "Avançado + Jus IA" da plataforma Jusbrasil – não comporta parcelamento do objeto, em razão da característica do serviço ofertado, que exige a liberação integral das funcionalidades contratadas desde o início da vigência contratual.

Trata-se de licenciamento de software na modalidade SaaS (Software as a Service), com acesso contínuo a conteúdos jurídicos, funcionalidades de inteligência artificial, banco de dados jurisprudencial, biblioteca doutrinária, entre outros recursos, os quais são fornecidos de forma indivisível e simultânea para todos os usuários contratados.

Além disso, a proposta apresentada pela empresa estabelece condição promocional vinculada ao pagamento em parcela única, com 15% de desconto sobre o valor total, o que torna a contratação nessa modalidade mais vantajosa economicamente para a Administração. O parcelamento implicaria, além de custo superior, descaracterização da forma usual de fornecimento da solução, que não é fracionável do ponto de vista técnico.

Assim, o fracionamento do objeto mostra-se tecnicamente inviável e financeiramente desvantajoso, não se coadunando com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem as contratações públicas.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Busca-se, com a contratação da solução tecnológica Jusbrasil, especialmente do plano "Avançado + Jus IA", alcançar uma série de resultados institucionais relevantes para a melhoria da atividade jurídica no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.

A plataforma proporciona praticidade, economia de tempo e aumento da produtividade, ao oferecer um repositório jurídico unificado, com acesso rápido e facilitado a jurisprudência, doutrina, diários oficiais, modelos de peças e funcionalidades baseadas em inteligência artificial, que otimizam a elaboração de minutas, análise de documentos e pesquisa jurídica.

Com isso, espera-se:

- Melhoria na qualidade técnica das manifestações jurídicas produzidas pelos servidores, por meio de fundamentações mais consistentes e alinhadas à jurisprudência atualizada;
- Celeridade na tramitação de processos e na prestação jurisdicional, em razão da automação de tarefas repetitivas e da facilidade de acesso a conteúdos relevantes;
- Redução do retrabalho e maior padronização de documentos jurídicos, com uso de modelos validados e peças referenciais;
- Aperfeiçoamento da gestão do conhecimento institucional, com uso de relatórios de uso e ambiente de gestão compartilhada;
- Contribuição direta para o cumprimento das Metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especialmente aquelas relacionadas à produtividade, à efetividade da prestação jurisdicional e à inovação tecnológica no Judiciário.

Portanto, a implementação da solução representa não apenas um avanço tecnológico, mas também um instrumento estratégico para o fortalecimento da eficiência administrativa e jurisdicional do TRE-RR.

10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Divulgar a solução a fim de verificar a necessidade de uso da plataforma pelos servidores que realizam assessoria jurídica. Foram obtidas 20 respostas afirmando a necessidade de contrato do Jusbrasil.

11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há.

12 - IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há.

13 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação da solução tecnológica Jusbrasil, no plano "Avançado + Jus IA", apresenta plena viabilidade técnica, operacional, jurídica e orçamentária, conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar.

Do ponto de vista técnico, a plataforma oferece um pacote robusto de funcionalidades integradas voltadas à pesquisa jurídica, análise de documentos e automação de peças, com base em um dos maiores acervos jurídicos do país, associado a ferramentas de inteligência artificial calibradas para o contexto jurídico brasileiro. Tais recursos contribuem diretamente para a melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços técnicos e jurídicos no âmbito do Tribunal.

Sob a ótica operacional, a contratação prevê acesso simultâneo por até 20 usuários institucionais, com gestão centralizada, login seguro, controle de ociosidade e ambiente de monitoramento e relatórios, o que assegura o uso racional da ferramenta e sua adequada incorporação à rotina dos servidores.

No aspecto jurídico, a contratação encontra respaldo no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de caso de inexigibilidade de licitação, dada a notória especialização da empresa fornecedora, que detém tecnologia proprietária, acervo exclusivo e ampla experiência comprovada por contratações similares em diversos órgãos públicos, conforme verificado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Quanto à viabilidade orçamentária, a solução possui custo compatível com os preços praticados no mercado institucional, sendo ainda mais vantajosa com a opção de pagamento em parcela única com 20% de desconto, o que resulta em economia para a Administração. O valor total, de R\$ 56.671,20 para o período de dois anos, já contempla todos os custos com suporte técnico, atualizações e funcionalidades contratadas.

Dessa forma, a contratação proposta mostra-se justificada, vantajosa e aderente aos princípios da economicidade, eficiência, inovação e interesse público, representando um investimento estratégico no aperfeiçoamento da atividade jurídica e no cumprimento das metas institucionais do CNJ

Boa Vista, 11 de julho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **NARLA SANTANA STONE TUPINAMBÁ, Chefe da Seção de Processamento II**, em 11/07/2025, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADNAN ASSAD YOUSSEF NETO, Analista Judiciário**, em 11/07/2025, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JECKSON SOUZA CRUZ, Técnico Judiciário**, em 05/08/2025, às 09:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-rr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0967389** e o código CRC **584342D3**.

0001479-65.2025.6.23.8000

0967389v2